A P U B H

INFORMATIVO NR.4 MARÇO/92

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES DA UFMG

DÁ PARA COMEÇAR O 1o.SEMESTRE DE 92 ?

Data: 01 de abril - 4a. feira - **Hora:** de 9 às 12h - Auditório do ICEX

Pauta: 1) Campanha Salarial de Emergência (principal ponto de discussão) -de 9 às 11 horas.

2) Regimento da APUBH-Seção Sindical e Estatuto da APUBH-Associação de Docentes-de 11 às 12 horas.

Companheiro,

A situação é crítica. Sua participação é imprescindível para a recuperação das perdas salariais e para o estabelecimento de uma política salarial.
O texto a seguir tem por objetivo subsidiar as discussões na AG.

1- SITUAÇÃO ATUAL DOS SALÁRIOS

Em setembro de 91, os docentes das IFES deliberaram pelo término da greve deflagrada em maio/junho, tendo em vista as melhorias salariais oferecidas pelo Governo e, principalmente, a proposta do MEC de constituição da chamada "Comissão dos 90 dias", formada pelo MEC, ANDIFES e ANDES-SN, e que proporia uma solução "definitiva" para a questão salarial dos professores das universidades federais. Resultado dessa comissão: **zero**. Apesar disto, Goldemberg teve a desfaçatez de afirmar, na "Hora do Brasil", que havia resolvido o problema salarial dos professores: segundo o Ministro os docentes ganham atualmente os melhores salários dos últimos 10 anos.

Só para se ter uma idéia do quanto esta declaração é falaciosa, o salário de março/92 de um Professor Auxiliar I-graduado-40 horas teria que ser reajustado em 351,55% para recuperar as perdas ocorridas no Governo Collor. Isto, sem falar no calote de 93,54% que nos foi impingido através do descumprimento da política salarial vigente quando de sua posse. Os professores titulares, doutores, D.E., que tiveram as menores perdas, precisariam de um reajuste de 264,27% para recuperar o seu poder de compra de março de 1990, afora o calote.

2- CAMPANHA DO SETOR DAS FEDERAIS DA ANDES-SN

Uma Comissão de Mobilização instalou-se em Brasília em 24.03.92. Com o objetivo de promover mais eficientemente a informação e a formação da opinião pública sobre nossa luta por salários, autonomia e financiamento das IFES, o Setor das Federais nomeou uma Comissão de Comunicação que desenvolverá, junto com a Assessoria de Comunicação da ANDES-SN, um plano de publicações, um calendário político, um estudo da rede de comunicações, cálculos de custos, estudo de motes, matérias jornalísticas sobre financiamento e salários dirigidos à categoria, aos estudantes e à sociedade em geral, além de campanhas locais, regionais e nacional.

3.1- Pauta Salarial de Emergência

Esta pauta deverá ser protocolada no MEC, sem prejuízo da pauta relativa à última data-base, comtemplando os seguintes pontos:

a) índice emergencial a partir de 1o. de abril (a AG da UFMG deliberou, em 23 de março, por um índice igual à inflação acumulada no período jan.-fev.-mar./92);
b) política que preserve o valor real dos salários.

3- LUTA CONJUNTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Foram aprovadas na Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada no dia 15/03/92, em Brasília, entre outras, as seguintes propostas:

a) Pauta Unificada
- Política salarial que garanta a reposição integral das perdas acumuladas no período do Governo Collor e que mantenha o valor dos salários.
- Reajuste emergencial em 1o. de abril.
- Cumprimento dos acordos firmados pelo Governo com as Entidades.
- Não à privatização do Serviço Público e das Empresas Estatais.
- Isonomia salarial com a unificação das Tabelas do Executivo e destas com o Judiciário e o Legislativo.
- Contra o Emendão.
- Pelo pagamento dos passivos trabalhistas, incluindo o saque imediato do FGTS.

b) Calendário
- 24/03: entrega da Pauta ao Governo, à Comissão dp Trabalho e Serviço Público da Câmara Federal e às sedes estaduais do Ministério da Economia.
- 23 e 24/04: Encontro Nacional dos SPF, em Brasília.
- 1a. quinzena de maio/92: indicativo de deflagração de greve.

4- PROJETO DE LEI/1o.E 2o.GRAUS

Em audiência à ANDES-SN, FASUBRA, CUT, CONDISEF, FENASPS e ASSIBGE, o Secretário da Administração Federal (SAF), Wilson Calvo, informou que as reivindicações da ANDES-SN para docentes de 1o. e 2o. graus e as da FASUBRA fazem parte de um único Projeto de Lei e que a estimativa do custo relativo aos 1o. e 2o. graus seria de 2,4 bilhões/mês.

A professora Eunice Durhan, Secretária Nacional de Ensino Superior/MEC, solicitou a Wilson Calvo que separasse as duas questões, já que o impacto relativo à FASUBRA seria muito maior.

5- APOSENTADORIA

Os meios de comunicação têm informado sobre diversas alterações que estão sendo estudadas pelo Governo e pelo Congresso Nacional a respeito de aposentadoria, tais como: fim da aposentadoria integral, fim da aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria com, no máximo, dez salários mínimos, fim das diferenciações por sexo ou profissão, etc. Devemos estar alertas, mas não há motivo para pânico. O processo implica em emendas à Constituição, o que dificilmente ocorreria em prazo exíguo, havendo tempo para organizarmos nossas forças para a luta em defesa destes direitos, tão arduamente conquistados.